



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCISCA LICIANE MARQUES

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS: UM OLHAR SOBRE A
TRANSEXUALIDADE COM PROFISSIONAIS QUE FAZEM PARTE DO COMITÊ
TERRITORIAL I DE SOBRAL – CE

SOBRAL – CE

2024

FRANCISCA LICIANE MARQUES

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS: UM OLHAR SOBRE A
TRANSEXUALIDADE COM PROFISSIONAIS QUE FAZEM PARTE DO COMITÊ
TERRITORIAL I DE SOBRAL – CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas do Campus de Sobral da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Educação e Políticas Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins.

SOBRAL – CE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M317p Marques, Francisca Liciane.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS: UM OLHAR SOBRE A
TRANSEXUALIDADE COM PROFISSIONAIS QUE FAZEM PARTE DO COMITÊ
TERRITORIAL I DE SOBRAL – CE / Francisca Liciane Marques. – 2024.
41 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa
de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins .

1. Práticas pedagógicas. 2. Transexualidade. 3. Gênero. I. Título.

CDD 302.5

FRANCISCA LICIANE MARQUES

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS: UM OLHAR SOBRE A
TRANSEXUALIDADE COM PROFISSIONAIS QUE FAZEM PARTE DO COMITÊ
TERRITORIAL I DE SOBRAL – CE

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Psicologia e
Políticas Públicas do Programa de Pós-
Graduação Profissional em Psicologia e
Políticas Públicas do *Campus* de Sobral
da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de
mestra em Psicologia e Políticas Públicas.
Área de Concentração: Educação e
Políticas Públicas

Aprovada em: 30/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Juliana Vieira Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Elionardo de Melo Nascimento
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Concluir esta dissertação é, antes de tudo, o marco de uma jornada que não percorri sozinha. Cada página escrita carrega as vozes, gestos e inspirações que me acompanharam ao longo deste percurso, esperei muito para este momento e celebro isso da melhor forma, escrevendo.

Gostaria de agradecer grandiosamente minha mãe, Rita, que foi e sempre será meu maior porto seguro, que é amor por inteiro, não existe privilégio maior que ser sua filha, corro com o tempo para celebrar todas as conquistas possíveis ao seu lado, pois como diria Bethânia, “tempo, tempo, tempo, tempo entro num acordo contigo...”

Aos meus amigos, em especial a Taynara, vulgo Tay, que esteve em basicamente todos os momentos comigo, dividindo a escuta, as reclamações e os sonhos e aqueles que se tornaram amigos durante esse percurso, que estiveram cotidianamente ao meu lado, aos afetos, choros e consolos. Sou extremamente grata a vocês que de alguma forma contribuíram para que momentos de muita angústia se tornassem mais leves e tragáveis.

Ao meu amor, Laura, que é minha namorada/esposa/amiga/companheira, mãe dos nossos gatos (Judith e Dimas) que caminha comigo, obrigada por todo o incentivo e força que você transmitiu, pelo cuidado, não foi fácil lidar com as minhas angústias. Todo o meu amor por você.

Não poderia deixar de agradecer também a UGP e ao Ivo, que foram grandes parceiros para a realização dessa pesquisa, sem eles não seria possível acontecer da forma que foi. Não poderia deixar de agradecer a minha orientadora, Carol que acreditou no meu projeto bem no início e me mostrou que eu poderia ocupar esse lugar, obrigada pelos momentos de orientações e oportunidades mesmo diante dos percalços desses dois anos.

RESUMO

Essa pesquisa investiga como as práticas pedagógicas dos profissionais que fazem parte do núcleo escolar podem impactar negativamente ou positivamente o atendimento a pessoas trans em outros equipamentos das redes públicas de Sobral, por meio dos diários de campo desenvolvidos durante o curso de extensão “Um diálogo entre gênero e transexualidade na infância e adolescência em um contexto escolar”, que teve uma carga horária de 30 horas/aula. Tivemos a participação de profissionais do Comitê Territorial I de Sobral, escolhidos pelos gestores de cada equipamento. A metodologia adotada baseia-se na pesquisa-intervenção, utilizando o diário de campo como principal instrumento de coleta de dados. Esse método permitiu a conexão entre a realidade vivenciada e a teoria existente, facilitando a compreensão dos aprendizados adquiridos, das intervenções realizadas e das reflexões elaboradas durante o curso, sem expor qualquer participante e preservando a ética da pesquisa. Para referência futura, essa abordagem estimula a produção de estudos sobre gênero e transexualidade que contribuam para a emergência das vozes e corpos de pessoas trans no contexto educacional. As categorias utilizadas para realizar o percurso teórico e os resultados foram: gênero e corpo, identidade e práticas pedagógicas voltadas à temática da transexualidade e escola. As discussões e resultados revelaram que o poder disciplinar e a biopolítica perpetuam normas de gênero heteronormativas, dificultando a inclusão de debates sobre diversidade nos currículos de formação de professores. Foi evidenciado a dificuldade dos profissionais em tornar a temática sobre transexualidade algo necessário dentro da escola. A resistência dos participantes em abordar temas de diversidade destaca a necessidade de um aprendizado contínuo. A religião também se apresentou como fator de extrema influência diante das práticas dos profissionais, dificultando a separação do pessoal e o profissional. Além disso, a patologização nos discursos dos participantes dificulta o acolhimento de pessoas trans nas instituições educacionais e em outros equipamentos da rede, evidenciando a resistência à discussão de práticas inclusivas.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; Transexualidade; Gênero.

ABSTRACT

This research investigates how the pedagogical practices of professionals who work in schools can have a positive or negative impact on the care provided to trans people in other public schools in Sobral, through field diaries developed during the extension course “A dialogue between gender and transsexuality in childhood and adolescence in a school context”, which had a workload of 30 hours/class. Professionals from Sobral’s Territorial Committee I participated, chosen by the managers of each school. The methodology adopted is based on intervention research, using the field diary as the main instrument for data collection. This method allowed for the connection between the reality experienced and the existing theory, facilitating the understanding of the lessons learned, the interventions carried out and the reflections developed during the course, without exposing any participant and preserving the ethics of the research. For future reference, this approach encourages the production of studies on gender and transsexuality that contribute to the emergence of the voices and bodies of trans people in the educational context. The categories used to conduct the theoretical course and the results were: gender and body, identity and pedagogical practices focused on the theme of transsexuality and school. The discussions and results revealed that disciplinary power and biopolitics perpetuate heteronormative gender norms, making it difficult to include discussions on diversity in teacher training curricula. The difficulty professionals have in making the topic of transsexuality a necessary part of school was highlighted. The participants' resistance to addressing diversity issues highlights the need for continuous learning. Religion also appeared as a factor of extreme influence on the professionals' practices, making it difficult to separate the personal from the professional. In addition, the pathologization in the participants' discourses makes it difficult to welcome trans people into educational institutions and other facilities in the network, evidencing the resistance to discussing inclusive practices.

Keywords: Pedagogical practices; Transgender identity; Gender.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual
UGP-PV	Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
PREX	Pró-Reitoria de Extensão
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo geral	12
2.2 Objetivos específicos	12
3 METODOLOGIA.....	12
3.1 O curso	14
3.2 Percurso inicial do curso/estrutura	15
3.3 Equipamentos envolvidos e profissionais facilitadores	16
3.4 Encontros formativos e seus locais	17
4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADO A TEMÁTICA TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA.....	18
4.1 Identidade e Performatividade na escola	25
4.2 Gênero e identidade como uma construção social do corpo normalizado	28
5 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Antes de apresentar essa pesquisa aos leitores, é válido pontuar que essa pesquisa é atravessada por um lugar de fala enquanto pesquisadora e mulher lésbica que me direcionou e teve início muito antes do mestrado, ao estudar sobre saúde de pessoas LGBTQIAP+ e gênero de forma mais ampla na graduação.

Surgiu então, a oportunidade de estar em alguns equipamentos escolares do ensino fundamental I na rede pública de Sobral no final da graduação e que me trouxe uma nova inquietação, me deparei com a escassez de informações sobre a população LGBT's vindas dos profissionais, principalmente sobre pessoas trans, e esse "principalmente" é fortalecido pelo susto dos profissionais presentes no momento quando escutaram a pergunta: como vocês agem ao se deparar ou identificar crianças transexuais?

Houve nesse momento um desconforto considerado gritante, "aqui não se trabalha sobre isso". Isso reverberou de uma forma muito impactante meu desejo por saber mais sobre o desenrolar disso, seja na escolarização dessas crianças ou de como é o debate desses professores sobre a temática, de como funcionava os planejamentos para a área educacional infantil. Onde me deparei com o fato de não conseguir encontrar nada dentro do site da prefeitura que me desse a mínima resposta. Foi então que surgiu a ideia de criar um projeto focado em investigar as percepções dos professores da escola pública de Sobral sobre a representação da criança transexual. A partir disso, iniciei meu percurso voltado a essa área dentro do mestrado.

Porém, a pesquisa foi tomando novos desdobramentos, pois tínhamos o desejo de realizar um momento formativo com professores, para alcançá-los de alguma forma e surgiu uma proposta feita pelo coordenador da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (UGP-PV) de Sobral para a minha orientadora que "casou" com a minha ideia. Eles tinham proposto apoio em uma formação destinada a alguns profissionais da educação e de outros equipamentos da rede, sobre a temática de gênero e sexualidade, que partiu do levantamento entre os gestores dos equipamentos da rede, que alguns estudantes do ensino fundamental II de algumas escolas do município de Sobral estariam se identificando como pessoas trans.

Diante disso, criei um projeto para o curso de extensão que se ligasse a demanda que surgiu e a demanda da minha pesquisa. Sendo assim, intitulei o curso como: um diálogo entre gênero e transexualidade na infância e adolescência no contexto educacional. O curso teve a participação não só de profissionais do núcleo escolar, mas de pessoas de outros equipamentos da rede pública e que fazem parte do Comitê Territorial I, responsável pelos bairros do Residencial Nova Caiçara, Terrenos Novos e Vila União.

Em vista desse entrelaçamento intersetorial da rede, surgiu durante a realização do curso a questão das práticas pedagógicas atravessadas pelos diálogos dos profissionais durante os primeiros encontros, onde aqueles que faziam parte da escola trouxeram em suas falas diferentes questões, como: tentativas de inclusão; silenciamentos dos profissionais porque não gostariam de lidar com os preconceitos de seus colegas e famílias dos alunos; responsabilização para a família; pedagogias inclusivas; envolvimento da religião; ativismo; falas transfóbicas; passabilidade.¹

Diante das observações registradas em meu diário de campo (2023), alguns professores expressaram seus desconfortos e contentamentos, seja eles, em relação ao conteúdo discutido pelos mediadores ou pelos comentários de seus próprios colegas ao falarem sobre suas experiências e opiniões acerca da temática do curso, tivemos comentários positivos e negativos, como: “a família que precisa resolver esse tipo de situação e não a escola” (se referindo a medidas que a escola pode estar fazendo quando um aluno se identifica como uma pessoa Trans); “tentamos sempre incluir”; “não falamos sobre, porque tem muito preconceito, sempre estou lendo sobre as pedagogias inclusivas,” “como sou uma pessoa religiosa tento sempre fazer apenas meu trabalho, que é dar aula, para não misturar”, “prefiro ficar em silêncio porque não sei quase nada sobre isso”, “sempre bato de frente com meus colegas de trabalho quando falam alguma transfobia” “conheço uma menino que queria ser menina, deve ser difícil pra família”, “tem uns travesti que você não vê a diferença” (Diário de campo, 2023).

Após ouvir as frases acima sobre as experiências cotidianas no ambiente educacional, bem como as ideias pessoais e modos de agir em comparação com as experiências de profissionais de outros equipamentos, especialmente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), frequentemente mencionado como

¹ O conceito de "**passabilidade**" no contexto da transexualidade refere-se à capacidade de uma pessoa trans ser percebida por outras pessoas como pertencente ao gênero com o qual ela se identifica, sem que sua condição trans seja notada ou questionada. Essa percepção geralmente está relacionada a características físicas, comportamentais e de expressão de gênero, que podem incluir aspectos como voz, vestimenta, traços faciais e linguagem corporal.

equipamento que acolhe o público fragilizado pelas práticas pedagógicas corretivas (Básica, 2009), foi possível notar o potencial transformador e interventivo dos relatos dos profissionais que atuam nesse espaço sobre as vivências das crianças, adolescentes e famílias atendidas no serviço e foi desse modo que essa pesquisa ganhou corpo. A partir disso, surgiram as seguintes problematizações:

Até quando as práticas pedagógicas consideradas inclusivas de fato incluíam? Que inclusão seriam essas? As pessoas trans faziam parte disso? De que forma a religião pode vir a ser produtora de exclusão de pessoas trans? É possível falarmos sobre práticas pedagógicas voltadas a questão da travestilidade/transexualidade nos momentos formativos na escola e fora dela? De que lugar parte a resistência dos professores em ouvir sobre a temática trans? Gostaria de deixar claro que coloquei as frases citadas acima para que fosse possível visualizar e compreender o caminho que tomamos e porque tomamos nesse estudo, significando que elas foram produzidas a partir do meu olhar e mediação nos diálogos do curso.

O curso em si foi divisor de águas para que discussões sobre corpo e sexualidade articulado as práticas pedagógicas fossem discutidas nos encontros, por essa razão trarei nessa pesquisa não só um tipo de transferência dos conteúdos vivenciados por mim em meus diários de campo, mas as conexões entre prática e teoria também, pois seria impossível construir essa pesquisa desassociando as minhas leituras, na qual também se relaciona ao motivo de então realiza-la. Leituras essas que fazem parte de estudos preexistentes de autores da área.

As categorias discutidas nesse estudo foram gênero e corpo, práticas pedagógicas voltadas a temática transexualidade, escola, identidade, sob o contexto dos profissionais presentes no curso e do percurso teórico. Desse modo, levando em consideração o que foi absorvido nas falas dos sujeitos, farei uma articulação através de um referencial com diferentes autores (as), entre os quais, menciono: Butler (2016), Foucault (1998 - 2014), Santana (2000), De Sousa Sampaio (2015), Bento (2014), Godoy (1995), Louro (2004), Neri (2005), Scott (1995; 2013), Paul B. Preciado (2008).

O objetivo desse geral deste trabalho é analisar como as práticas pedagógicas dos profissionais que fazem parte do núcleo escolar podem impactar negativamente ou ou positivamente em outros equipamentos das redes públicas de sobral no atendimento a pessoas trans. Para isso, buscamos identificar as práticas pedagógicas que podem ser produtoras e reprodutoras de inclusão e exclusão no espaço escolar, realizar uma contextualização entre práticas e teoria sobre gênero, corpo e identidade, destacamos de que forma os estudos de gênero no currículo de formação inicial e continuada podem contribuir para a diminuição da transfobia.

Nesse viés, essa pesquisa se constrói e se direciona a partir do questionamento de como as práticas pedagógicas dos profissionais que fazem parte do núcleo escolar podem impactar negativamente ou positivamente em outros equipamentos das redes públicas de sobral no atendimento a pessoas trans?

Fazer o mapeamento dos discursos dos participantes através do meu diário de campo, incluindo aqueles que falaram e os que preferiram permanecer em silêncio, pontuados como um tipo de resistência diante dos temas que sempre partiram de um lugar de desconstrução e informação sobre a diversidade sexual de pessoas trans e os espaços que elas ocupam ou deixam de ocupar, foi fundamental para que conseguíssemos chegar perto de compreender o ponto crucial dessa pesquisa.

2 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa foi necessária uma investigação minuciosa entre as abordagens e metodologias existentes para o alinhamento de procedimentos metodológicos que de fato dariam conta do objetivo desse estudo. Levando em consideração todo o contexto do campo de pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa e descritiva, pois se movimenta e percorre com instrumentos de análises, diálogos e aproximações realizados pelo pesquisador. Godoy (1995) demonstra que esse tipo de estudo desempenha um papel fundamental, seja ele na obtenção dos dados ou na transmissão dos resultados, pois valoriza o contato do pesquisador com o campo de estudo, valorizando instrumentos simples, mas com uma potência extrema, como um bloco de notas e o uso do meu diário de campo, respeitando assim o espaço e os sujeitos, na qual devem ser observados sem o intuito de reduzi-los a variáveis, mas como um todo, levando em consideração a cultura que ele está inserido e o contexto que ele foi colocado.

Inserimos então o método “Pesquisa-intervenção” com o intuito de expandir os fundamentos teórico-metodológicos das pesquisas participativas e destacar o potencial transformador sociopolítico inerente a uma investigação, proposta esta que rompe com os enfoques tradicionais da pesquisa (Rocha; Aguiar, 2003). A proposta de uma pesquisa-intervenção envolve a definição de um tema de estudo e a criação de uma estratégia metodológica que inclui a geração de um contexto de experiência particular. É na interação entre esses elementos que surge o campo empírico da pesquisa, visto não apenas como uma área geográfica, mas principalmente como um território existencial (Alvarez; Passos, 2012), formado pelas relações entre as práticas e os conhecimentos dos pesquisadores.

Outro fator importante a ser destacado na “Pesquisa-Intervenção” é que estamos lidando com uma abordagem qualitativa que não busca mudanças imediatas nas ações planejadas, pois confia que tais transformações surgirão de forma natural a partir da interação entre teoria e prática, bem como entre sujeito e o objeto. Escolhemos essa metodologia devido à sua habilidade em questionar e investigar situações estagnadas ou rigidamente definidas dentro das instituições. (Rocha; Aguiar, 2003) esse modelo de estudo foi essencial para que a escrita fugisse da neutralidade, as características que esse tipo de modelo traz alinha-se com os objetivos que pretendemos mostrar aqui, pois é válido lembrar que partimos de uma inserção no campo, campo esse que faz parte de uma inserção institucional e com a participação de diferentes profissionais.

Desse modo, é válido ressaltar que os objetivos desse modelo de trabalho se

preocupa em lincar a realidade a teoria já existentes, possibilitando a compreensão dos aprendizados adquiridos, as intervenções realizadas e as reflexões feitas durante o curso diante daquilo que foi visto e ouvido, sem exposição de qualquer participante, e para referência futura, estimulando assim a produção de estudos de gênero e transexualidade que contribuam para uma emergência das vozes e corpos de pessoas trans no contexto educacional.

Pensando nesse viés, o procedimento de coleta de dados utilizado nesse estudo será o diário de campo, pois como explica Kroef e Gavillon (2020) a pesquisa-intervenção faz parte das estratégias de pesquisas contemporâneas, na qual tem uma perspectiva pós-estruturalista, que utiliza da escrita dos diários de campo de maneira contrária, priorizando a relação entre pesquisador e campo de pesquisa, sendo assim, esta abordagem compreende uma atuação assumidamente envolvida e não mais imparcial.

Uma vez que a configuração do campo da pesquisa se inicia com a relação do (a) pesquisador (a) com o tema pesquisado, sua extensão não pode ser reduzida ao espaço-tempo de realização de uma oficina ou entrevista. Quando tratamos de um campo-tema, pensar a implicação do (a) pesquisador (a) com a pesquisa na qual ele (a) está inserido compreende a produção de um posicionamento ético-político no pesquisar que, por sua vez, contribui para a problematização de outras formas de implicação em processos pessoais e profissionais no cotidiano. Pensar a implicação do (a) pesquisador (a) é reconhecer-se em um paradigma de pesquisa no qual os sentidos da intervenção são sempre problematizados e toda a ação de produção de conhecimento é entendida como intervenção no campo social. (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020, p. 468 – 469).

A metodologia de pesquisa-intervenção, faz a conexão entre pesquisador (a), participantes e fenômeno investigado, de forma a tornasse um elemento essencial na geração de conhecimento, pois define as próprias direções da pesquisa (Aguiar; Rocha, 1997). O emprego de diários de campo como instrumento de pesquisa permite revelar aspectos do envolvimento do (a) pesquisador (a) com o campo estudado. Essa forma de escrita abrange o detalhamento das etapas do estudo, do progresso das ações executadas e das possíveis mudanças ocorridas ao longo do percurso da pesquisa, além de atuar como um relato das percepções do pesquisador. Nesse sentido, o diário apresenta para debate os conhecimentos e entendimentos dos (as) pesquisadores (as), propostas e ações, suas angústias, intensões, progressos e dificuldades (Pezzato; L'abbate, 2011). Assim, o diário de campo também se estabelece como uma ferramenta de intervenção ao incitar reflexões sobre a própria prática de pesquisa e as escolhas relacionadas à elaboração, execução, método de análise e expansão científica. No que se refere à unidade de análise da pesquisa, foi baseada em todo o material retirado do diário de campo durante o curso.

A pesquisa priorizou o respeito pelos indivíduos envolvidos, assegurando o cuidado com suas informações e a responsabilidade no tratamento e divulgação dos

dados. Com esse objetivo, tomei algumas precauções para garantir tanto o respeito quanto a integridade da pesquisa. Assim, utilizei apenas uma letra maiúscula para diferenciar os sujeitos, permitindo que o leitor compreenda que se tratam de pessoas distintas, cujos relatos foram registrados no diário da autora.

Em relação às questões éticas desse modelo de trabalho, não foi necessária a aprovação do comitê de ética, uma vez que os dados coletados se baseiam no diário de campo da pesquisadora, sem qualquer tipo de exposição ou identificação das pessoas envolvidas. Além disso, o curso de extensão que orienta esta pesquisa passou pela aprovação da Aprex, o que viabilizou sua realização de acordo com as normativas institucionais.

2.1 O curso

Desse modo, essa pesquisa foi realizada no município de Sobral – CE, após a realização do curso de extensão “um diálogo entre gênero e transexualidade na infância e adolescência em um contexto educacional”, na qual durante o curso tivemos a participação de alguns profissionais da rede pública de Sobral, como professores da educação infantil e do fundamental, coordenadores/funcionários do CRAS, orientadores educacionais e orientadores sociais que fazem parte do território dos gestores do comitê Territorial I, (composto pelos bairros: Residencial Nova Caiçara, Terrenos Novos e Vila União) o comitê faz parte da rede de proteção social de garantia de direitos às crianças, adolescentes e jovens do município de Sobral – CE, sendo assim, as escolas e demais equipamentos daquele território foram convidados para realizar o curso.

A razão da participação desse território em específico vem da demanda apresentada ao Comitê através dos dados coletados do Sistema de Georreferenciamento de Acompanhamento da Juventude (SIGAJU), que resultaram no Diagnóstico Situacional da Juventude, que indicaram altos índices de vulnerabilidades, dentre elas, o número de homicídios que envolvem a faixa etária infanto juvenil e transfobia. Nesse sentido, após evidências do surgimento de adolescentes e jovens transgêneros e transexuais que estão nos espaços educacionais dessa rede iniciamos o percurso da proposta de formação. Compreendemos a formação como um método que faz parte da estratégia de intervenção diante das práticas de prevenção de transfobia.

2.2 Percurso inicial do curso/estrutura

Para a realização do curso foi preciso passar por algumas etapas importantes. Primeira etapa: reunião com os representantes da UGP-PV para compreender as

demandas e expor o projeto do curso, a partir disso, alinhar de acordo também com as demandas que chegaram até eles; segunda etapa: construção final do projeto do curso com todo o cronograma e possíveis temáticas a serem seguidas durante os cinco encontros; terceira etapa: construção do formulário de inscrição e envio para os equipamentos; quarta etapa: realização dos momentos formativos; quinta etapa: envio do relatório a Pró-Reitoria de Extensão (PREX).

Sendo assim, o curso foi desenvolvido em 5 módulos, onde três encontros aconteceram de forma presencial e 2 através do Google Meet, a escolha por 2 encontros online ocorreu devido a necessidade de flexibilizar a participação de mediadores de outros estados e também dos profissionais participantes. A carga horária foi de 30 horas/aulas tendo como pré-requisito a presença de 75% dos participantes para garantia do certificado de conclusão de formação.

É válido ressaltar que enfrentamos o desafio de lidar com a sensação de "obrigação" de alguns participantes, que se mostraram inicialmente insatisfeitos de participarem do curso por terem sido escolhidos pelos gestores das instituições de ensino. Isso gerou certa resistência em compreender que aquele espaço era destinado a fornecer informações valiosas a partir da experiência dos profissionais presentes em cada encontro, além de promover a troca de ideias, sentimentos e dúvidas, sem qualquer tipo de julgamento, e não apenas como cumprimento de uma carga horária. Porém, conseguimos observar grandes mudanças ao longo dos momentos formativos.

Em relação à análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo, que foca não apenas nas palavras utilizadas pelos profissionais, mas também nos diálogos, fragmentos, variáveis apresentadas, linguagem do sujeito e até desvios de olhar, após a coleta do material (Bardin, 2016). Por meio dessa abordagem, conseguimos estruturar categorias que permitem relacionar o conteúdo dos diários com as teorias já estabelecidas.

2.3 Equipamentos envolvidos e profissionais facilitadores

A realização do curso foi possível a partir das parcerias. Além da Universidade Federal do Ceará por meio do Programa de Pós-graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, contamos com a colaboração da rede municipal para condução e facilitação dos encontros. Dentre elas:

- Secretaria da Educação de Sobral - Escola de Tempo Integral Maria de Fátima Souza Silva - Liberação do profissional para facilitação do 3º módulo.
- Secretária dos Direitos Humanos e da Assistência Social - Coordenadoria dos

Direitos Humanos - Liberação do profissional para facilitação do 4º módulo.

- Secretaria da Saúde de Sobral - Escola de Saúde Pública Visconde Sabóia - Disponibilidade das salas para encontros presenciais.

Os convites realizados para profissionais convidados/as para facilitar os módulos tiveram como critério a imersão nos estudos sobre gênero, sexualidade e transexualidade, como também que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, e priorizando profissionais que têm vivências na comunidade trans e travestis.

- Mariana Alves de Oliveira - Psicóloga e Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas. Mediadora do primeiro módulo.
- Pablo Ferreira Biglia - Pedagogo e Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade - Paraná. Mediador do segundo módulo.
- Francisca Liciane Marques - Psicóloga e Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas. Mediadora do primeiro módulo.
- Deni Elliot Lopes Noronha - Psicólogo e Orientador Educacional de Sobral. Mediador do terceiro módulo.
- José Rogers Winchester Sabóia - Pedagogo e Supervisor do Núcleo de Diversidade Sexual da Coordenadoria dos Direitos Humanos de Sobral. Mediador do quarto módulo.

2.4 Encontros formativos e seus locais

É necessário esclarecer que antes dos módulos aconteceram foi feito um cronograma com temas pré-estabelecidos, mas que ficou aberto para que ao longo dos encontros fossem sendo adaptados a demanda dos participantes e também dos mediadores presentes, sendo assim, abaixo colocarei as datas realizadas, os locais e também os temas que foram se modificando no percurso.

- 1) Módulo: Foi realizado no dia 13/06/23, onde teve como foco principal fazer uma introdução a temática do curso e trazer também algumas definições básicas sobre as siglas, diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero e a entrega do primeiro formulário para compreender qual seria a visão deles sobre a formação e os temas abordados, quais seriam as possíveis estratégias deles para lidarem com isso em suas práticas sociais e pedagógicas para aqueles que faziam parte da escola. O local para o primeiro encontro foi o Centro do idoso Rosa Maria Rodrigues, disponibilizado pela prefeitura pela disponibilidade de espaço na data e hora que precisávamos, na qual faz parte da prefeitura de Sobral.
- 2) Módulo: foi realizado no dia 22/06/23 de forma online, nesse encontro a pesquisadora optou por trazer alguns assuntos pertinentes a demanda, como utilização do nome social; lei de diretrizes e bases da educação; estatuto da

criança e do adolescente/estatuto da juventude e gênero e sexualidade; a escola como espaço de manifestação individual; familiares e responsáveis; as matérias escolares.

- 3) Módulo: foi realizado no dia 27/06/23 o encontro foi voltado para trabalhar ações educativas que a escola poderia promover para contribuir com o respeito a identidade de gênero e utilização dos banheiros, mas achamos necessário trazer mais uma vez sobre “a escola em diálogo: gênero e sexualidade”, “o que é a escola?”, “mas afinal o que é ser homem ou mulher?” E uma oficina: modelos de homem e mulher.
- 4) Módulo: foi realizado no dia 06/07/23 onde tivemos como foco trazer o tema “saúde sexual de jovens transexuais e travestis”, o momento aconteceu de forma online e trouxe a discussão sobre “Estereótipos, preconceitos e discriminação”, “redes de apoio”.
- 5) Módulo: foi realizado no dia 11/07/23, esse foi o encerramento do curso de extensão na qual foi trabalhado sobre desnaturalização da cisgeneridade, materialidade biológica, práticas culturais e históricas, binarismo, processo transexualizador no SUS, propostas políticas pedagógicas, assistência social e garantia dos direitos LGBTQIAP+, estudo de casos/relatos de violências sofridas por pessoas trans. O local de realização aconteceu na Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia, na sala Nise da Silveira.

As discussões e os resultados apresentados nos próximos capítulos estão organizados em torno das categorias mencionadas na introdução. Primeiramente, aborda-se a categoria "práticas pedagógicas voltadas à temática transexualidade e escola", seguida por "identidade", e, por fim, uma discussão sobre “gênero, e corpo”, as categorias estão conectadas no contexto dos profissionais participantes do curso. Esse percurso temático foi escolhido com base nas reflexões e comentários registrados no diário de campo, que se entrelaçam de maneira significativa com as categorias selecionadas.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADO A TEMÁTICA TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA

A escola, enquanto instituição carrega grandes expectativas, especialmente no que se refere à formação de pessoas e à oferta de uma educação de qualidade (Saviani, 2020). Ela exerce um forte impacto nas comunidades escolares (territórios) onde está inserida, como é o caso de Sobral, cidade que se tornou referência no

ensino público (CNN, 2023). Jardim (2003, p.27-28), argumenta que “a educação escolar é um campo que vem sendo conquistado por movimentos sociais na busca de igualdade de direitos e de oportunidades e, portanto, de superação da discriminação”. Entretanto, sabemos que a escola está inserida em um contexto histórico-cultural, na qual a instituição escolar é profundamente influenciada pela sociedade e seus territórios. Ela é então um lugar onde o conhecimento é gerado e, sobretudo, reproduzido, incluindo no que tange às questões de diversidade (Gonçalves; Oliveira, 2017).

De acordo com Jardim (2003):

A escola é aqui entendida como uma das instituições que normatiza, disciplina e distribui formas e jeitos de ser, sendo um dos espaços de formação, de produção e reprodução de saberes e de poderes. Assim, a escola é uma das instituições na qual o indivíduo é produto do poder e do saber e, ao mesmo tempo, é atravessado por eles (2003, p. 28).

Contudo, compreendemos as relações de poder, normatividade, pedagogias corretivas e controle, exercida por essa instituição (Foucault, 1995), e a razão de existir pesquisas como esta está inteiramente ligada ao que foge, escapa e é atingido por esse modelo de pedagogia corretiva que muitas vezes é feita de forma indireta (Gonçalves; Oliveira, 2017).

Assim, antes de abordamos as práticas pedagógicas, é fundamental considerar o contexto em que esta pesquisa está inserida. A cidade de Sobral – CE é polo hoje de umas das melhores educações do Brasil, como previamente pontuei. Conta com uma ampla equipe de profissionais atuando dentro e fora das escolas para que ela de fato funcione como está funcionando (Castro, 2019). Durante todos os nossos momentos formativos, surgiu um ponto muito específico sobre as "exigências" que os professores tinham em demonstrar e apresentar resultados, o que, muitas vezes, causa e causou comprometimento da saúde mental de vários profissionais do núcleo escolar. Isso demonstra, então, uma certa culpabilização e justificativa por não conseguirem "dar conta" de demandas como a transfobia, uma vez que, diante do que se exigia de suas práticas na escola, essa questão era considerada irrelevante para a garantia de seus cargos (Diário de Campo, 2023).

A escola, em sua constante busca pelo enquadramento dos sujeitos, normatiza o tempo, produzindo sujeitos autocontrolados. Ao normatizar o tempo, a escola passa a exigir que todos internalizem, apreendam esse tempo que serve como medida comum para todos, determinando a aprendizagem dos sujeitos e excluindo aqueles que não se enquadram nesse tempo. Responsabilizar os sujeitos pela sua adequação ao tempo escolar, pela sua aprendizagem, caracteriza-se como uma perversa

estratégia da escola moderna para determinar aqueles que podem ou não ocupar o espaço escolar (Valeirão, 2009, p. 2).

Gonçalves e Oliveira (2017) explicam justamente sobre esse viés que é característico de outros espaços escolares, mas que ao relacionar Sobral a esse contexto compreendemos um peso maior a manutenção da “escola modelo”. Ao iniciar esse capítulo explicando previamente o contexto que estamos inseridos, vale ressaltar essa parte retirada do diário de campo do nosso primeiro encontro do curso, com o objetivo de potencializar o pontapé inicial que esse estudo tomou, além de fortalecer a compreensão do percurso que a pesquisa avança, em paralelo à escrita do diário. Já nesse primeiro encontro, foi possível trazer à tona uma discussão sobre práticas pedagógicas relacionadas à transexualidade, a partir das falas e expressões dos participantes, que revelaram suas resistências, dificuldades pessoais e profissionais, além das estratégias que adotam em seu cotidiano escolar.

O foco, então, foi introduzir as questões fundamentais do curso, abordando as temáticas descritas em nossa metodologia. Após a apresentação inicial dos conceitos teóricos sobre gênero, papéis sociais, identidade e orientação sexual, emergiram falas que evidenciaram desconforto diante das diversas siglas, significados e pluralidades discutidas. Esse pequeno trecho abaixo esclarece tais desconfortos, na qual pontuo:

[...] durante a explicação sobre as siglas LGBTQIAP+ e a diferenciação entre identidade e orientação eu fui várias vezes interrompida com o questionamento “até onde essas siglas vão parar?!”, “coisa demais”, mas o que me deixou esperançosa foi também ouvir “eu quero aprender porque eu preciso dessa informação não só para a escola, mas porque minha filha recentemente se assumiu sapatão e está sendo muito difícil entender certas coisas.

Inicialmente, escutar ou esperar por frases com esse tom não foi surpreendente, pois já é corriqueiro ouvir certos “desdêns” em relação às siglas. No entanto, a confirmação da falta de informação sobre todo esse conteúdo básico foi evidenciada durante a leitura dos questionários que apliquei, onde busquei compreender o que os participantes sabiam sobre o curso e as temáticas que seriam abordadas antes de iniciar o conteúdo (Diário de Campo, 2023). O que automaticamente me levou ao início dessa pesquisa, quando me deparei com a escassez dessa temática dentro dos órgãos públicos de educação em Sobral - CE, contexto esse que está em processo de desenvolvimento após iniciativas como está.

Durante a discussão introdutória sobre transexualidade e nome social ainda no primeiro encontro, um dos participantes falou um pouco sobre sua prática, O.

sentiu-se à vontade para compartilhar uma experiência e estratégia difícil que enfrentou, na qual precisou do apoio de toda a escola para proteger um aluno em transição. Ela destacou como foi desafiador lidar com a falta de informação e compreensão por parte dos colegas, tornando evidente a necessidade urgente de discutir e ampliar o conhecimento sobre essas questões (Diário de Campo, 2023).

Abaixo trecho retirado do diário de campo sobre a situação que O. Passou:

[...] após o relato de O. sobre as estratégias que usava, junto com outras pessoas da escola, para que a família de um aluno não descobrisse que ele estava em transição e queria ser chamado pelo nome social (já que ele não queria que os pais soubessem), surgiram comentários e críticas de alguns professores. Eles acreditavam que era responsabilidade da família resolver essa situação, defendendo que os pais precisavam ser informados, ponto final, e que agiriam dessa forma em situações semelhantes. (Diário de campo, 1º encontro, p. 3, 2023)

[...] outra professora volta a acrescentar que elas não teriam tempo para lidar com essas “questões”, porque já existiam exigências demais em relação aos resultados escolares dos alunos e nas mínimas vezes que esse assunto era levado para as reuniões rapidamente era levado para um lugar de desnecessário... gerou assim, controvérsia entre os professores (Diário de campo, 1º encontro, 2023, p. 3-4)

O. explica que sentiu, o tempo todo, a resistência de todos em respeitar o desejo do aluno, mesmo que isso não interferisse ou dificultasse na hora de dar aula. Em muitos momentos, ela repensou se ajudar esse adolescente, escondendo isso da família, seria o melhor para ela. No entanto, quando foi convidada a participar dessa capacitação, entendeu que essa demanda não se limitava apenas à escola onde trabalhava. Isso a levou a perceber que poderia ter subsídios para explorar possibilidades de abordar a temática com os profissionais da escola. Ela acredita que lidar com os alunos sempre foi mais fácil, a verdadeira resistênciavinha, na verdade, de seus colegas de trabalho e familiares.

[...] E. após ouvir a fala de O. Comenta que tudo era muito difícil porque a maioria era hétero, e não podia fazer os outros alunos “engolir” uma coisa assim e mudar tudo por uma única pessoa, eu sou uma pessoa religiosa tento sempre fazer o meu trabalho que é da aula e não misturar, então ela pontua que como mãe isso não deve ser fácil para a família. (diário de campo, p.4, 2023).

Diante dessa dificuldade vale ressaltar os estudos de Julia (2001) sobre a questão cultural que envolve esses comportamentos, ela entende a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (p.10). O. Ao falar sobre

seus colegas demonstra que esses comportamentos são norteados justamente a esse conjunto de normas.

Após esse exemplo trazido O. Surge outro ponto entre eles, duas opiniões que se diferem em alguns pontos e em outros se aproximam:

F. Fala então que não só por ela em si ser religiosa, mas dentre seus alunos existem vários evangélicos e católicos, então a escola nem vai para um lado e nem para o outro, já aconteceu de falarmos de Deus, mas não impomos nada, “somos bem neutros” e acho que frente as questões de identidade também a escola deveria ser neutra. Já E. então acrescenta que gosta de trazer um pouco de religião dentro da sua sala de aula para que os alunos desde sempre conheçam a religião, mesmo sendo difícil para entender sobre todas essas coisas novas ela não julga, mas também não diz nada, porque ainda são muito novos, pois nem ela mesmo consegue entender bem essa parte que foge do biológico.

Tanto F. Como E. Tem em comum a religião, na qual F. Tenta de alguma forma não impor sua religião de forma tão direta e E. Tem em sua prática pedagógica os ensinamentos do catolicismo. Justificando ponto da religião como algo que faz parte da grade curricular do ensino da educação infantil e do fundamental (Brasil, 1996; Saviani, 2020). Esses relatos destacados acima, nos remete a diferentes reflexões acerca das práticas pedagógicas relacionadas a temática da transexualidade tanto na infância como na adolescência, pois mesmo que os assuntos voltados a questão de gênero/sexualidade/transexualidade estejam sendo cada vez mais discutidos entre os alunos, ainda não se tem com pertinência e fortalecimento no currículo escolar a temática. Por um lado, é evidente que a razão disso seja advinda da resistência dos profissionais da educação e também dos próprios governantes. Não é à toa que foi retirado a discussão sobre gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 (Tokarnia, 2017).

Louro (2010, p.64) pontua, “os currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação são, certamente, locais onde se manifestam diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe [...]”. Portanto, é necessário questionar esses espaços e construtos culturais, bem como as práticas pedagógicas, as teorias e métodos que compõem o processo de formação de professores, além das políticas educacionais em sua totalidade (Sampaio, 2015).

Santana (2000) em seu texto “práticas pedagógicas diferenciadas” aborda que o grande obstáculo que enfrentamos atualmente é o de deixarmos de estar tão preocupados em ensinar e, ao invés disso, criarmos condições reais para que os alunos absorvam o conhecimento. Essa mudança do foco do ensino para a

aprendizagem dos alunos requer, necessariamente, a adoção de estratégias de diferenciação, entendendo os sujeitos como seres diferentes, ou seja, condições efetivas para suas permanências na escola.

Retornando ao 2º encontro que tivemos, um dos professores explicou que sempre lia sobre as práticas pedagógicas inclusivas para ajudar caso surgisse situações que ela precisasse intervir. No entanto, nunca conseguiu fazer nada sobre isso porque sempre foi repreendida pela escola. Foi nesse momento que pensei sobre nosso desafio e qual seria nosso potencial transformador diante desse contexto (Diário de Campo, 2023).

Nesse sentido as evidências do silenciamento que ocorre dentro dos espaços escolares me fizeram resgatar a tese de Andrade (2012), na qual ela apresenta uma pesquisa que investigou a presença de alunas travestis em escolas do Ceará, revelando um cenário de violência e exclusão que leva essas alunas a abandonarem a escola. Através da negação, elas são explicitamente indesejadas. Sendo assim, o estudo apresenta discrepâncias significativas entre o número de alunas travestis matriculadas e as que realmente frequentam a escola. Percebe-se, portanto, que a evasão dessas alunas é uma realidade fortemente ignorada ou naturalizada pelas políticas públicas educacionais, já que, diante do discurso estigmatizante de que elas deixaram a escola por escolha pessoal, oculta-se a falta de preparo das instituições educativas para lidar com as diversidades, especialmente com a travestilidade/transexualidade.

Sobral então não foge dessa realidade, pois falar de evasão escolar também me faz lembrar de um outro trecho do diário de campo, encontro 2 (2023), que escrevi após o encontro online que abordou de forma mais pertinente as experiências escolares de crianças e adolescentes transexuais. Onde relato:

[...] no dia 22/06/23 no nosso encontro online notei um relato muito impactante, P. traz o exemplo vivenciado por ele durante um momento que ocorreu no CRAS, onde ele conta que em determinado grupo ele escutou de um dos integrantes que é uma mulher trans contando sobre sua experiência de vida na escola enquanto criança, onde ela sofria de diversas formas (de violência?) com os professores, pois ela gostava de brincar com as meninas, não queria brinquedos que eram considerados masculinos, não queria que as pessoas o chamassem pelo nome dado pelos seus pais e que os professores reagiam tomando as bonecas de suas mãos, a repreendia. Os pais dela eram frequentemente chamados na escola, e em casa apanhava devido as reclamações, sofreu diversas situações de transfobia e violência que não era repreendido por ninguém da escola, então quando ela teve a oportunidade de sair da escola, ela saiu pois não fazia mais sentido para ela continuar naquele espaço tão adoecedor. P. trouxe isso com uma

expressão que demonstra sua chateação, esse relato me lembra o de Paul Preciado em seu texto “quem defende a criança queer?”. (p.3)
 [...] Ao contar sua experiência P. causou uma espécie de “rebolicho”, traços muito fortes, principalmente, naqueles que faziam parte da escola, como se ali ele tivesse trazendo uma acusação e diferentes falas surgiram, o que me surpreendeu, pois aqueles que não tinha em nenhum momento expressado nenhum tipo de fala resolveram falar, talvez porque o encontro de hoje tenha sido online. (p3)

P. deixou muito claro que esse não foi seu único atendimento a uma pessoa trans, teve alguns outros que foram difíceis para ele, P. após a continuação das discussões acrescenta que os atendimentos com as pessoas trans sempre eram mais demorados, porque além da bagagem da história daquele sujeito existia também a resistência, agressividade, o que levava tempo, até meses para que se estabelecesse de fato um tipo de transferência entre ele e o usuário (a).

A violência sofrida por essa mulher trans no relato de P. pode ser analisada à luz das ideias de Paul Preciado (2019), especialmente em seu texto “*Quem defende a criança queer?*”. Preciado descreve como o sistema educacional e outras instituições sociais estão profundamente imersos em um mecanismo de controle e repressão das identidades de gênero que fogem à heteronormatividade. Para ele, a educação se torna um campo de disciplinamento dos corpos e das identidades, estabelecendo uma normatividade que molda, limita e define o que é aceitável ou não, especialmente no caso de crianças e pessoas queer.

Quando a mulher trans no relato de P. se recusa a se conformar aos padrões de gênero impostos – ao preferir brincar com meninas e ao rejeitar brinquedos considerados “masculinos” –, ela está desafiando as expectativas da sociedade, que são intensamente construídas sobre a binariedade de gênero. No entanto, como Preciado (2019) destaca, esse comportamento é visto como um desvio que precisa ser corrigido, e é exatamente isso que ocorre na escola: professores tomam suas bonecas de suas mãos e a reprimem, não permitindo que ela viva sua identidade de gênero livremente.

Diferentes questões surgem a partir desses pequenos trechos, como o impacto social e psicológico que os silenciamentos causam nas crianças e adolescentes, que as pedagogias corretivas podem ser violentas, que a “desistência” desses sujeitos advém da proibição da sua existência, pois a escola ainda está pautada em uma hegemonia heteronormativa e de um corpo referenciado de forma binária. É válido destacar que Acosta (2019, p. 85) fala: “[...] olhar a interrupção da escolarização de transexuais e travestis sob a perspectiva da evasão escolar é uma forma higienizante de não reconhecer, ou de silenciar e invisibilizar o processo de exclusão escolar institucionalizado imposto sobre suas vidas.

P. deixa muito claro em seu relato que esse foi um dos que ele mais lembra de ter mexido com ele, mas que tinha diversas mulheres e homens trans que procurava o CRAS para pedir “ajuda” e as pessoas acabavam perguntando (funcionários do CRAS) “porque você saiu da escola?” E as vezes eles não sabiam dizer o porquê, mas se perguntasse sobre o que acontecia na escola ou em casa, rapidamente era possível entender (diário de campo, 2023).

Barbosa e Bezerra (2021) discutem a educação como uma prática social, tornando essencial um processo educativo que acolha as diversidades para o bom desenvolvimento dos alunos. Nesse contexto, o professor desempenha um papel crucial como mediador, utilizando os princípios da educação inclusiva como guia para promover práticas pedagógicas que combatam a segregação dos indivíduos.

Durante os encontros, desenvolvemos atividades que incentivavam um olhar mais inclusivo e sensível para os sujeitos, trazendo novas perspectivas que poderiam ser aplicadas em sala de aula. O objetivo era promover a troca de experiências entre os alunos, enriquecendo o ambiente escolar. Para isso, buscamos fazer com que eles buscassem a colaboração dos orientadores educacionais (psicólogos), tornando esses momentos mais reflexivos e colaborativos, ampliando o impacto das práticas pedagógicas (Diário de Campo, p.7, 2023).

3.1 Identidade e Performatividade na escola

No terceiro encontro, que aconteceu especificamente no dia 27/06/23 de forma presencial, tivemos uma temática que foi ponto chave para fortalecer sobre as discussões em relação a prática pedagógica e suas nuances dentro da escola quando o assunto é transexualidade na adolescência. Durante a apresentação do conteúdo que falava sobre o papel da escola e do que seria ser homem ou mulher em nossa sociedade, A. Trouxe algo particular que ela conseguiu elaborar após as discussões dos encontros.

[...] A. relatou uma situação envolvendo uma aluna travesti (pois era assim que a aluna se identificava) que ela ensinava. A aluna era muito agressiva, chamava muita atenção e gritava com todos, a ponto de A. evitar estar perto dela em diversos momentos, mas que tinha tomado a atitude de conversar com ela, o que a causou um extremo desconforto, pois conhecia os desconfortos que a estudante vivia. A aluna explicou: "Eu já trato quem chega perto assim, para ninguém me tratar mal primeiro, porque antigamente o povo me esculhambava, me prendia no banheiro, mas agora sou bicha doida." Ou seja, ela sofria inúmeras agressões verbais e até físicas que a tornaram alguém que, para “se defender”, precisava ser assim, ela não usou o termo transfobia, homofobia, apenas a expressão bullying, mas A. Demonstrou que compreendeu o que de fato ela estava passando e se sentiu culpada por nunca ter tentando escutar, ou repreender as inúmeras vezes que ela assistiu de forma indireta alguma expressão considerada transfóbica. A própria questão da performatividade discutida nesse encontro ajudou ela a compreender certas expressões que ela considerava muitas vezes como algo

“exagerado”.

Paul B. Preciado, em sua obra “Testo Junkie” (2008), expande as ideias de Butler sobre gênero e performatividade ao examinar como as normas de gênero se manifestam e são desafiadas pelas pessoas trans e não conformes de gênero. Ele discute como as identidades trans muitas vezes precisam “performar” ou “exagerar” para ganhar visibilidade, o que pode ser interpretado como chamar a atenção, assim como apresenta a aluna nesse contexto, mas que, na verdade, reflete a luta por reconhecimento em um sistema que marginaliza essas existências. Preciado também discute as consequências da hipervisibilidade, incluindo a transfobia.

Ao falar sobre a questão da performatividade vale resgatar outra autora que discute essas reafirmações de feminilidade/masculinidade que Butler (1993) nomeou de “Performatividade”, seria Viviane Namaste, que tem uma obra chamada “vidas invisíveis: O apagamento de pessoas Transexuais e Transgênero” (2000) onde ela argumenta que as questões de visibilidade e performatividade estão intrinsecamente ligadas à experiência trans. Explorando como a performatividade de gênero, entendida no sentido butleriano, pode ser mal compreendida como um ato de “chamar a atenção”, quando, na verdade, é uma luta por sobrevivência e reconhecimento em contextos de transfobia e violência sistêmica.

As pessoas trans, ao buscarem reafirmar sua identidade, muitas vezes reforçam os atributos de masculinidade ou feminilidade, levando esses estereótipos ao extremo. Nesse sentido reforçam a tal ponto que os próprios estereótipos incidem a violência que elas recebem (Butler, 2018; Bento, 2006). Portanto, não podemos analisar esses estereótipos apenas de uma perspectiva militante. É essencial entender como esses corpos são performados e construídos dentro desse contexto social, que molda suas experiências e identidades.

Outro ponto que surgiu ainda no terceiro encontro, foi uma situação também vivenciada por L. Que retrata um pouco da dificuldade de trabalhar práticas educacionais inclusivas na educação infantil quando surge certas manifestações.

Após trazer a discussão sobre a produção do “que é de menina e o que não é”, L. Argumenta que na sua escola ela sente mais dificuldade com os meninos, pois são fortemente destacados quando apresentam qualquer feminilidade, como é o caso de dois meninos que querem ficar nos ambientes que as meninas estão, que querem brincar com as bonecas, e recentemente recebeu os pais na escola porque o filho tinha levado para casa uma boneca, alegando que a tia da escola tinha dado para ele e ela explica que em nenhum momento isso aconteceu, mas que sempre deixou que ele ficasse a vontade, os pais exigiram que ela sempre que visse ele com algum brinquedo feminino retirasse e mostrasse um masculino para que ele “entendesse” (Diário de Campo, p. 4, 2023).

L. demonstra o tempo todo o quão difícil é lidar com essa temática a partir de

qualquer manifestação de feminilidade na criança, acreditando ser ainda mais difícil identificar uma criança que não tem a liberdade de vivenciar sua singularidade de forma espontânea. Dessa forma, ao se reunir com o corpo docente e direção para relatar sobre esse “chamado” dos pais, alguns colegas entenderam que os pais estavam corretos em pedir que ela o corrigisse, para que isso não ficasse tão evidente, mas que seria para o bem dele (Diário de Campo, 2023).

Pudemos ver também que, além das hesitações, há atitudes manifestadamente corretivas do gênero por parte de docentes, principalmente relacionadas à situações envolvendo meninos, ou seja, contextos recreativos nos quais garotos não agem em conformidade com o esperado do seu gênero. Portanto, nesse momento da formação

educacional, já começam a ser esboçados dispositivos pedagógicos no sentido da “produção de efeitos substancializantes” (Butler, 2003) do gênero entre as crianças. Efeitos que se traduzem em chamar a atenção de garotos quando se machucam em brincadeiras e choram, ou quando meninas demonstram interesse por brincadeiras consideradas masculinas. Este último aspecto merece destaque entre as características e possíveis subsídios para reflexões relacionando o ensino de História e a Educação Infantil (Butler, 2003; Barreto, 2020)

Os primeiros relatos e comentários sobre os conteúdos dos encontros iniciais do curso evidenciaram uma forte referência à masculinidade, colocando o ser mulher em um lugar de punição quando abordamos “papeis de gênero”. Isso me remete à nossa história e à dualidade binária de homem e mulher, que impôs papéis muito específicos para cada gênero. Nesse contexto, a identidade e a sexualidade da mulher são estigmatizadas como algo inferior e na escola é um dos lugares que reproduzem esses discursos. A transexualidade/travestilidade rompe essa barreira e os estereótipos, ressignificando a masculinidade e feminilidade, não se baseando apenas no sexo biológico, questão já amplamente debatida por autoras como Butler (2020), Neri (2005) e Scott (2013).

Quando revisitamos as experiências compartilhadas por L. A partir do diário de campo, somos levados a refletir sobre a dura realidade enfrentada pelas mulheres trans em nossa sociedade. Seus corpos se tornam símbolos de resistência, mas também de vulnerabilidade, carregando consigo inúmeras “possibilidades” de violência. Essa complexidade revela as diversas possibilidades de preconceito e exclusão que elas enfrentaram, mostrando o quão difícil é existir em um mundo que muitas vezes não as vê em sua totalidade.

Nesse viés a dificuldade dos meninos enquanto criança demonstrar qualquer feminilidade sem represálias, está fortemente ligada a questão da manutenção da heteronormatividade, dificultando assim que a criança viada (Mendonça, 2020), não seja reprimida. Essas diferenciações do que é de menino ou menina divide, separa e normatiza as crianças, pois ainda se carrega/acredita na ideia de a criança não ter

sexualidade.

Desde que nascemos, estamos interagindo com as mais diversas pedagogias de gênero, que indicam a forma ideal de se viver o masculino ou o feminino. As cores rosa e azul constituem elementos da pedagogia de gênero que demarcam corpos e condutas de menina e de menino. Os sujeitos interagem com essas pedagogias, dialogando com elas, aceitando-as, rejeitando-as, confrontando-as, de forma ativa (Filha, 2015, p.17).

Xavier Filha (2015) ressalta que a criança tem uma sexualidade, que é distinta da adulta, já que as crianças a experimentam através do próprio corpo e seus movimentos. Diante da corporeidade infantil, irá se formando as identidades de gênero. Onde não se associa ao ato sexual, como ocorre com adultos. Ela salienta que por trás desse silêncio carregado pela falta de compreensão, está o receio de que a homossexualidade seja ensinada nas escolas, pois o que as instituições escolares e a sociedade transmitem é uma heterossexualidade compulsória, que considera a heterossexualidade como a única expressão aceita de sexualidade humana. Neste sentido, “as identidades de gênero remetem-nos para as várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade” (Louro, 2000, p. 93).

3.2 Gênero e identidade como uma construção social do corpo normalizado

O terceiro encontro foi marcado por discussões intensas. Nele, o mediador propôs como questionamento inicial: o que é a escola e de que forma ela pode contribuir para o respeito à identidade de gênero, quem são os alunos de vocês? Abordando também a questão do uso de banheiros por pessoas trans, segue abaixo uma situação sobre:

[...] Nesse momento, começou um certo "burburinho", pois alguns participantes conheciam um caso específico relacionado ao uso do banheiro, do qual os mediadores também já estavam cientes. N. então decidiu explicar a história para aqueles que não sabiam. Em uma determinada escola, havia uma aluna que se identificava como mulher trans e estava sofrendo diversas formas de transfobia. Ela começou a utilizar o banheiro feminino durante os intervalos, mas os outros alunos não aceitavam sua presença no banheiro. Diante disso, ela passou a ir ao banheiro apenas após o início das aulas, no entanto, começou a se sentir constrangida por ter que pedir para sair da sala, e ouvir comentários e palavras ofensivas. Ela decidiu então conversar com a diretora, que sugeriu que utilizasse apenas o banheiro da direção para evitar desconfortos. A aluna aceitou a proposta naquele momento, pois não queria mais passar pela situação constrangedora (Diário de campo, 2023, p.5).

O mediador após essa fala fez um questionamento para todos: a forma como a diretora “resolve” a situação foi de fato resolutiveira diante dos fatos? Vocês acham que ela resolveu a situação para a adolescente? Para ela mesmo? Ou para a escola? N. Pontua que essa iniciativa da diretora referente ao banheiro aconteceu

dessa forma porque a aluna falou e em seguida várias alunas, professores reclamaram dela ir ao banheiro feminino e a diretora resolveu dessa forma (Diário de Campo, 2023).

Nos exemplos trazidos por N. Os comentários ofensivos revelam como o corpo trans é frequentemente reduzido a uma visão biologizante e desumanizadora, nesse caso em específico por ser uma mulher trans algo parece ser ainda mais estigmatizado. Expressões como “ela tem um corpo esquisito” surgem de forma velada, permeando o discurso com preconceitos implícitos. N. Defende que essa dificuldade de acessibilidade está ligada à incapacidade de algumas pessoas de “visualizar” essa imagem, mostrando que a sociedade ainda precisa de tempo para desconstruir suas visões limitadas sobre o corpo e as identidades (Diário de campo, 2023; Bento, 2006).

Bento (2006) discute o “dispositivo da transexualidade” como algo alimentado pelas verdades socialmente estabelecidas sobre os gêneros (p. 19). Nesse contexto, grande parte do saber médico utiliza indicadores específicos para medir os níveis de feminilidade e masculinidade. Um exemplo disso são as demandas por cirurgias que integram o processo transexualizador. Esse processo, que no início era fortemente marcado pela patologização da transexualidade, vem se modificando ao longo do tempo (Bento, 2006).

Bento nos ajuda ainda a pensar sobre esse corpo ideal, o corpo “mais normalizado”, ele fala que:

A construção do “transexual oficial” fundamenta-se na produção de um saber específico que o separou das travestis, dos gays e das lésbicas e classificou os vários tipos de transexuais para se chegar à determinação final: o “transexual de verdade” não apresenta nenhum “problema biológico”, mas tem certeza absoluta de que está em um corpo equivocado. Segundo essa concepção, a cirurgia para os/as transexuais seria a única possibilidade para eles/elas encontrarem um lugar e um sentido para suas existências. Avançando a reflexão, problematizo essa construção a partir das narrativas dos sujeitos que se consideram transexuais, mas que, no entanto, encontraram respostas para os conflitos entre corpo, subjetividade, gênero e sexualidade, diferentes das universalizadas nos documentos oficiais formulados pelo saber médico (Bento, 2006, p.19).

Estudos sobre o gênero que investigam os corpos e vivências de pessoas transgêneros destacam que a estigmatização da população está profundamente ligada aos dispositivos de controle social. Esses mecanismos incluem normas e instituições que buscam regular os corpos, expressões sexuais, estabelecendo padrões sobre o que é considerado “natural” e “normal” em relação ao sexo e gênero. O conceito de biopoder sustenta essas práticas, referindo-se ao controle exercido pela sociedade sobre os corpos individuais para manter uma ordem social que é vista como saudável e apropriada. O corpo então faz parte da realidade

biopolítica (Foucault, 2014).

O sexo como objeto do conhecimento, por exemplo, não pode ser analisado como externo ao poder ou anterior ao que se sabe sobre ele, mas como um produto da relação poder-saber que pode ser compreendido ao apreendê-lo como um objeto que tem caráter histórico e está fundamentalmente implicado em uma rede de práticas em exercício que ao descrever, classificar e analisar objetos, acabam por constituí-los. Tal constituição atende a objetivos estratégicos e faz parte dessa estratégia ocultar-se, afirmando como naturais e causais categorias que ela mesma institui (Foucault, 1988, p.11).

Notabilizamos que as palavras de Foucault buscam fazer essa análise, a partir da ligação que se tem do conhecimento com o poder e de que forma esses mecanismos podem estar presentes nas práticas de naturalizar e constituir, como exemplo: os corpos. Ou seja, uma estratégia que certas instituições políticas têm para conseguir estabelecer de certa maneira seus desejos sobre como o outro deveria ser, o que automaticamente os deixam em posição de comando.

O conceito de biopoder, segundo Foucault (2014), refere-se ao poder que se exerce sobre os corpos individuais, direcionando e regulando as suas funções, saúde e comportamento. Esse poder não é apenas repressor, mas também produtivo, pois cria condições de vida e normaliza determinadas práticas de existência. A biopolítica, por sua vez, é o conjunto de estratégias, práticas e instituições que visam gerenciar a vida da população, regular a saúde, a reprodução, o trabalho e, em última instância, os comportamentos dos indivíduos de forma a manter a ordem social desejada.

Sendo assim, a biopolítica em Foucault (2014) está diretamente ligada à regulação das identidades de gênero e expressões sexuais. Desde a infância, o corpo de uma criança é monitorado e disciplinado por normas sociais e instituições que buscam moldá-lo de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade. A transgressão desses padrões, como no caso dessa mulher trans que deseja brincar com bonecas como foi relatado anteriormente, e se identificar com um gênero diferente ao que lhe foi atribuído ao nascer, é imediatamente reprimida. Isso reflete como o biopoder funciona para regular o comportamento e a identidade dos corpos, reafirmando a norma cisgênera e heterossexual como natural e inevitável.

O estado então interfere nesses corpos, nota-se a dificuldade estrutural mantida pela cultura patriarcal que se apresenta em todos os espaços da nossa política pública, na educação, na saúde e na assistência social. O que me faz lembrar de outro momento que registrei no diário de campo sobre o curso.

[...] Hoje antes de realizar a última oficina do terceiro encontro o mediador pediu que se dividissemos em grupo, e fizéssemos recortes das revistas e livros que trouxemos para o encontro, ele queria imagens de pessoas que na visão deles representavam o que era ser mulher e homem e colássemos em cartolinas, após colagens, comentários sobre o que eles encontraram e

o resultado das colagens não foi surpreendente, ao contrario disso, já é de fato o esperado, corpos padrões, corpos inatingíveis de tanta perfeição, como disse uma das participantes (Diário de Campo, 2023, p.5).

A última oficina teve o intuito de apresentar imagens de pessoas trans pelo mundo, na qual algumas delas são figuras conhecidas e influentes (Diário de Campo, 2023). O momento está descrito a seguir:

[...] De forma sutil o mediador não anunciou que seria homens e mulheres trans, na verdade ele iniciou apresentando uma imagem de uma mulher que tinha padrões de beleza considerados por nossa sociedade como o desejado, o ideal para todas as mulheres, não só cis, ele então questiona, vocês mulheres sentiriam ciúmes do seu esposo se ele ficasse ao lado dessa mulher? De imediato algumas delas falaram que sim, com certeza sentiria, pois ela era muito bonita. Em seguida ele passa a imagem e aparece a de um homem que também tem uma imagem considerada a ideal o mediador voltar a fazer questionamentos perguntando o que acham desse homem? Algumas delas falam que ele é lindo, perfeito, muito atraente, um dos participantes homem diz que ele não é o homem que é o ideal na visão dele, mas sabe que pra sociedade sim. Isso então se repete por diferentes imagens de pessoas. No final ele apresenta um novo slide legendado com o nome e previamente um resumo de cada sujeito e lá vêm descrito que todos que foram apresentados seriam pessoas transgênero, alguns deles demonstram muita surpresa (p. 6).

Bell Hooks (2019) defende a subversão dessas normas opressivas como uma forma de empoderamento. Ao desvelar que todas as pessoas nas imagens são trans, o mediador está, de certa forma, subvertendo as expectativas dos participantes e, potencialmente, desafiando-os a reconsiderar suas noções sobre gênero, beleza e desejo. O exemplo demonstra as normas culturais de gênero e beleza que perpetuam desigualdades e como o choque de ver pessoas trans sendo "desejáveis" expõe as estruturas invisíveis que sustentam essas normas.

[...] Surgem então de forma quase que no "susto" comentários como "tem travesti que você não vê a diferença, travesti não, transexual, não é atoa que as vezes a gente escuta casos de alguns homens falando que se confundiram e ficaram (se relacionaram). Outros participantes salientam que não tem o que se confundir, são mulheres e homens iguais a gente, muito bonitos. Nesse sentido, foi perceptível durante essas discussões que alguns dos participantes que demonstraram inicialmente dificuldade de compreender sobre o processo transexualizador tinham uma imagem muito específica do corpo trans, como se esperasse que seriam "deformados", "esquitos", como em outros momentos esse termo já tinha sido fortemente usado, me pareceu naquele momento que assim seria mais fácil de aceitar, mais correto, visualmente (p. 6).

Apos o surgimento da discussão desses termos que se alinham a questão da patologização, do estranhamento, o quarto encontro e o quinto foram reestruturados pensando nessas manifestações apresentadas na oficina. Retomo a questão da localização, falar sobre as práticas pedagógicas adotadas dos profissionais tanto do núcleo escolar quanto de outros equipamentos da rede municipal, entedemos que foram construídas dentro de uma estrutura patriarcal e colonial, que historicamente confinou as manifestações do feminino a um lugar de

superficialidade e do masculino a virilidade. Essas práticas são controladas e reguladas por uma tradição cristã que exige normas rígidas sobre os corpos, limitando (Ramirez, 2014; Foucault, 2014).

Nesse sentido a patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores, “[...] cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirmar que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições” (Bento, 2011, p. 554).

Ressaltamos que Butler (1993) acreditava que os corpos tinham dimensões gigantescas, onde os corpos eram para além do mundo na qual ele vive, não se existia um limite certo, ou igual para todos; mas para uma visão mais regulatória os corpos acabam sendo introduzidos ao fator cultural, fazendo então diferenciações sexuais, de feminino e masculino, o que acaba limitando e levando para o campo patológico o que sai desse contexto.

Os estudos de Berenice Bento nos ajudam a compreender questões cruciais que aparecem no diário de campo, como a patologização, os conflitos identitários e o gênero imposto, que fortalecem discursos transfóbicos. Esses discursos criam barreiras para que jovens trans se expressem livremente, onde a pressão social muitas vezes os leva a se submeter a procedimentos estéticos inseguros na tentativa de serem incluídos ou aceitos, revelando o impacto profundo dessas normas na construção de suas identidades e bem-estar.

Em *A estética dos gêneros* discuto a tese segundo a qual o/a transexual sempre teve “horror ao seu corpo”. Os conflitos com o corpo são precedidos de uma etapa anterior, quando os/as transexuais, ainda crianças, são obrigados a se vestir e a se comportar de acordo com o que se supõe seja o natural para o seu corpo-sexuado. Sugiro uma inversão da tese oficial. A relação não é “tenho um/a pênis/ vagina, por isso não posso usar calça/vestido”, mas “quero usar um/a vestido/ calça. Por que não posso?” Desta forma, a estética dos gêneros assume um papel importante na explicação dos conflitos. Seja quando relatam suas infâncias (momento em que surgem os primeiros sinais de insatisfação com o gênero imposto), ou quando tentam se inserir e serem reconhecidos como membros legítimos do gênero identificado, a importância da estética emerge com considerável frequência em suas narrativas. Se o corpo é instável, flexível, retocável, plástico, será uma estética apropriada que lhe conferirá legitimidade para transitar na ordem dicotomizada dos gêneros (Bento, 2006, p. 19-20).

Nesse sentido, na própria mudança por assim dizer, das práticas pedagógicas é possível que se modifique essa visão tão enrijecida dos corpos de pessoas transgênero dentro da escola, como na questão dos banheiros, dos uniformes, da performatividade de gênero. Nos dois últimos encontros a discussão sobre saúde sexual de jovens transexuais e travestis e cisgeneridade foram amplamente discutidas, fomentamos uma discussão que foge da visão da transexualidade como uma enfermidade, onde os conflitos identitários tinham diferentes contextos.

No quarto encontro, P. volta a falar sobre sua experiência no CRAS, após abordarmos a questão da saúde sexual de pessoas trans, não só na adolescência. Ele explica que realiza um trabalho intersectorial para mobilizar a rede, principalmente a de saúde, a fim de garantir que essas pessoas tenham acesso a terapia, medicamentos e consultas para tratar de problemas de saúde apresentadas por eles. No entanto, ao explicar sobre os encaminhamentos que precisam ser feitos para os usuários, P. destaca que as respostas costumam vir carregadas de resistência. Muitos dizem "não" quando sugerido que procurem o posto de saúde, justificando que lá não são chamados pelo nome correto, não são respeitados, e há demora em atendê-los. As justificativas para o afastamento dos serviços de saúde são diversas.

Bento (2006) reforça que a violência simbólica, materializada na recusa do nome social ou na demora de atendimento, cria um ambiente de exclusão que afasta essas pessoas dos serviços que deveriam proteger sua saúde e dignidade. A transfobia estrutural, portanto, está presente na forma como as instituições de saúde tratam as pessoas trans, tornando difícil o acesso a cuidados adequados.

Ao falar novamente sobre a questão do nome social R. no quarto encontro explica que tem dificuldade em diferentes situações na sala de aula e fora em relação a “essa coisa de ser transexual”, ao ser questionada por um exemplo ela fala sobre atividades que as vezes se divide entre homens e mulheres na aula de educação física, “meninos contra meninas”, ela acaba sempre utilizando a lista de frequência para fazer a separação, atividades com brinquedos, reafirmando assim que não consegue chamar um adolescente que ela sempre conviveu por um outro nome que não aquele referente ao seu sexo biológico, então de certa forma ela entende a resistência de outros profissionais também “sem querer”, não chamar pelo nome social (Diário de campo, 2023, p.7).

Uma das participantes comenta que, antes de trabalhar na escola, atuou em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Ela argumenta que sempre observou que os funcionários tinham pouco conhecimento sobre transexualidade, nome social e, principalmente, sobre o processo transexualizador. Embora alguns médicos e enfermeiros estivessem capacitados para atender essa população, na maioria das vezes, ela escutava comentários que evidenciavam a estigmatização ainda presente, frequentemente associando a transexualidade a uma doença. Além disso, muitos desmotivavam aqueles que desejavam realizar a cirurgia de redesignação sexual, afirmando que Sobral ainda não contava com nenhum centro especializado, apenas Fortaleza. Essa constante negatividade dificultava ainda mais o acesso das pessoas trans às políticas de saúde (Diário de Campo, 2023).

Sergio carrara (2018) destaca que as práticas pedagógicas que abordam a transexualidade não só transformam a experiência escolar, mas também têm

repercussões significativas nas interações com serviços de saúde e assistência social. Essa abordagem integrada é crucial para promover uma cultura de respeito e inclusão, que beneficia tanto os alunos quanto a sociedade como um todo.

4 CONCLUSÃO

Ao pensar sobre a finalização desta pesquisa, nunca a enxerguei como algo que pudesse ter um ponto final definitivo, resultados fechados ou uma conclusão específica. Essa pesquisa representou mais um ponto de partida, que, embora geralmente ocorra no início, continua presente também no final, porém de maneira diferente, com novas nuances. Ao revisitar os questionamentos iniciais e o objetivo deste estudo, conseguimos encontrar respostas e resultados que se manifestaram de diferentes formas. Um dos principais resultados é que as questões levantadas no início foram, de fato, essenciais para a construção deste trabalho. Contudo, através do diário de campo, novas indagações surgiram, levando-nos a desenvolver um percurso teórico que fundamentasse e enriquecesse todo o conteúdo.

Outro aspecto importante desse modelo de trabalho foi a liberdade que me proporcionou, enquanto pesquisadora, de expressar minhas inquietações a partir das observações e reflexões dos participantes em seus diálogos. Dessa forma, acreditamos que, com o suporte técnico e os feedbacks obtidos no relatório final do curso, além das dificuldades ainda presentes nas práticas pedagógicas inclusivas para as crianças e adolescentes trans, que foram iniciadas por um grupo pequeno do nosso curso, teremos a possibilidade de continuar as formações/capacitações/cursos de extensão para outros territórios em Sobral.

Apesar do feedback positivo sobre o potencial transformador das formações no cotidiano dos profissionais, é importante lembrar das barreiras existentes entre as instituições. Discutir práticas pedagógicas inclusivas torna-se um grande desafio quando ouvimos professores afirmarem que não há espaço para esse tipo de debate diante das demandas exigidas, revelando as dificuldades em implementar mudanças efetivas no ambiente educacional. Isso nos leva a refletir sobre a possível hipocrisia envolvida no pedido por formações que respondam a essas demandas. Afinal, ao concluir a formação, muitos professores continuam sendo silenciados, o que evidencia a contradição entre o desejo por mudança e a falta de abertura real para incorporar tais transformações no ambiente escolar.

Nesse sentido ao abordar temas transversais em diferentes espaços sociais, percebemos que algo precisa ser transformado nesses contextos, pois quando ingressamos em um ambiente educacional para oferecer formações, muitas vezes motivados por uma sensação de urgência diante da alta demanda, apresentada

pelos que propuseram essas formações, tendemos a nós sentir "preparados" para eventuais falas, comentários, discussões ou reclamações. No entanto, é impossível prever totalmente o impacto e as mudanças que essas formações/temáticas podem provocar, já que elas também atuam como um instrumento de intervenção nesta pesquisa.

A própria resistência dos participantes em trabalhar a temática no próprio curso demonstra a importância de formações continuadas para que de fato ocorra mudanças em suas práticas pedagógicas, transformando assim, a realidade esuas práticas enquanto profissionais reverberam em diferentes ambientes pela qualo sujeito atingido percorre. Isso é retratado, por exemplo, na experiência de P.

Durante os encontros, desenvolvemos atividades que incentivavam um olhar mais inclusivo e sensível para os sujeitos, além de promover uma prática crítica e transformadora, trazendo novas perspectivas que poderiam ser aplicadas em sala de aula. O objetivo era promover a troca de experiências entre os alunos, enriquecendo o ambiente escolar. Para isso, buscamos fazer com que eles buscassem a colaboração dos orientadores educacionais (psicólogos), tornandoesses momentos mais reflexivos e colaborativos, ampliando o impacto das práticas pedagógicas na vida de pessoas transexuais que eles poderiam vir a ter algum contato.

Nesse sentido, buscamos demonstrar aos participantes possibilidades de trabalhar sobre diversidade em conjunto com atores sociais da própria escola. Na tentativa de quebrar o modelo engessado que a escola carrega, pois, as instituições escolares em suas práticas pedagógicas pertencem à esfera da ordem, da autoridade disciplinar, como vimos nas discussões que esse modelo ainda repercute na prática desses profissionais. Assim, a escola ainda está atuando como um mecanismo para definir o que pode ser expressado, conduzido ou pensado.

Quando discutimos os termos "impacto positivos e negativos em diferentes equipamentos", é importante destacar sobre as reflexões que alguns deles trouxeram sobre outros serviços, que ultrapassa os famosos "muros da escola". No caso específico do CRAS mencionado por P, o impacto pode ser observado sob duas perspectivas, dependendo de como o atendimento foi conduzido. Nesse caso,o profissional conseguiu proporcionar um acolhimento e uma escuta qualificada. No entanto, a usuária do serviço demonstrava certa resistência em participar dos grupos e ser encaminhada para outros setores, o que demonstra a parte negativa, que a

impede de ter seus benefícios básicos sem que haja uma intervenção desse profissional que conseguiu identificar suas necessidades. Acredita-se que essa resistência esteja relacionada ao histórico de transfobia que ela enfrentou, começando ainda na escola que permanecem até hoje.

Diante das categorias trabalhadas nas discussões conseguimos compreender que o poder disciplinar e a biopolítica caminham juntos e produzem a questão do corpo normalizado, na qual buscam por uma produção de gênero arraigadas ainda em uma manutenção da cultura heteronormativa e biologicista, impedindo em sua grande maioria que se tenha discussões como essas nos currículos de formação inicial e continuada dos professores.

Outro ponto que se apresentou como algo que faz parte das práticas dos profissionais é a forte influência da religião, em diferentes momentos ela esteve presente como justificativa para determinados silenciamentos ou comportamentos, falas que aconteciam em diferentes contextos, seja eles, na sala de aula, no banheiro, no CRAS, na UBS. Nesse sentido, entendemos que ainda não se é feita essa separação.

A patologização ainda se mantém presente nos discursos dos participantes, dificultando o acolhimento de pessoas trans em todos os espaços da rede. Os diários de campo indicam que as práticas pedagógicas dos professores estão fortemente influenciadas por suas opiniões pessoais, o que frequentemente os coloca em uma postura de correção, rigidez e exclusão. Esse padrão foi observado de forma significativa nos primeiros encontros do curso, mas surgiram também em outras discussões.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, T. Evasão ou expulsão escolar de gays afeminados e travestis das instituições escolares e das vidas que não podem ser vividas. **Bagoas – Estudos Gays: Gênero e Sexualidade**, Natal, v. 13, n. 20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/16898/12003>. Acesso em: 27 set. 2024.
- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Práticas universitárias e a formação sócio-política. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**, Niterói, v. 3, n. 4, p. 87-102, 1997.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. **Cartografar é habitar um território existencial. Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- NDRADE, L. N. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. Orientadora: Celecina de Maria Veras Sales, 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600> Acesso em: 27 set. 2024.
- ARRUDA, A.; LA S, BATISTA. **Anuário do laboratório de subjetividade e política**. Niterói: Ed. UFF, 1992.
- BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871/497>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- BARRETO, J. B. de M. **“Professor, o senhor é virgem?” – contribuições para o ensino de história de abordagens em gênero e sexualidade desenvolvidas em outros contextos disciplinares da educação básica**. Orientador: Fernando Seffner. 2020. 279f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224057/001126932.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 27 set. 2024.
- BÁSICA, Proteção Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. 1 ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/aperfeioamento-em--cras-e-ubs-apostila01.pdf> Acesso em: 01 ago. 2024.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 30 ago. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, J. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARRARA, S. **Corpo, gênero e sexualidade: uma abordagem crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

CASTRO, C. de M. **Educação no Brasil: história e desafios**. São Paulo: Editora Moderna, 2019.

DREYFUS, H. L.; FOUCAULT, M. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 284, 1995.

DE SOUSA SAMPAIO, F. O terceiro banheiro: fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 131-151, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/57938321/terceirob.pdf> Acesso em: 12 mar. 2024.

FILHA, C. X. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 3, n. 6, p. 14-21, 2015. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/divedu/article/view/6375/0>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Foucault, M. (2014). **O Nascimento da Biopolítica: Michel Foucault e a Governamentalidade Neoliberal**. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, pág. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgqpwNkCggnC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 mar. 2024.

GONÇALVES, J. P.; DE OLIVEIRA, E. L. Comunidade escolar de Mato Grosso do Sul: refletindo sobre o trabalho de docentes do gênero masculino. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 275-285, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/24393> Acesso em: 18 mar. 2024.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de *Olhares negros: raça e representação*, 1992. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

JARDIM, SRM **Gênero e educação: abordagens e concepções em dissertações de mestrado no Estado de São Paulo**. Orientador: Anete Abramowicz, 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2533?show=full> Acesso em 13 de jun. 2024.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5241547/mod_resource/content/1/JULIA%20Dominique_A%20cultura%20escolar%20como%20objeto%20hist%C3%B3rico.pdf Acesso em 13 de jun. 2024.

KROEF, R. F. da S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diario de campo y la relación del (a) investigador (a) con el campo-tema en la investigación-intervención. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812020000200005&script=sci_abstract&lng=es Acesso em 13 de jun. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEMONS, F. Entrevista com Joan Scott. **Revista Mandrágora**, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 161-164, 2013.

NAMASTE, V.. **Vidas invisíveis: o desligamento de pessoas transexuais e transgêneros**. Chicago: Universidade de Chicago Press, 2000.

NERI, R. **A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEZZATO, L. M.; L'ABBATE, S. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1297-1314, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2011.v21n4/1297-1314/pt> Acesso em 13 de jun. 2024.

Preciado, P. (2019). *Quem defende a criança queer?* In: Preciado, P. *Testo Yonqui: Para uma história do corpo porno-positivo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

RAJCHMAN, J.. **Foucault: a liberdade da filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

RAMÍREZ, B. Colonialidade e cis-normatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudos sociais*, Sevilha, n. 3, p. 15-21, 2014.

Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro> Acesso em: 25 jul. 2024.

RAJCHMAN, J. **Foucault: a liberdade da filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SANTANA, I. Práticas pedagógicas diferenciadas. **Escola Moderna**, Campinas, v. 8, n. 5, p. 30-33, 2000. Disponível em: https://centrorecursos.movimentoescolamoderna.pt/em/rev/serie5/rev_em_08/2000_em08_isantana_praticaspedagdiferenciadas_pg30.pdf Acesso em: 25 jul. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2020.

SCOTT, J.; LOURO, G. L.; SILVA, T.T. da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. V. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf?sequ> Acesso em: 12 abr. 2024.

TOKARNIA, M. MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular. **Portal EBC, Agência Brasil**. Brasília/DF, EBC, v. 7, p. 2017-04, 2017. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento). Acesso em: 20 ago. 2024.

VALEIRÃO, Kelin. A escola enquanto instituição disciplinar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 32, 2009. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/9/32/a-escola-enquanto-instituiccedilatildeo-disciplinar>